

TRANSNACIONALIZAÇÃO E PODER POLÍTICO NO MARANHÃO NO FINAL DO SÉCULO XX

*Ilse Gomes Silva**

RESUMO

O trabalho problematiza as relações entre os espaços transnacional e nacional nesta fase do processo de transnacionalização do capital, inserindo o Maranhão nesse contexto. Busca identificar os elos que foram construídos entre estas instâncias na intenção de compreender o modo como as políticas da esfera local garantem a realização dos interesses do capital nas esferas nacional e transnacional. Defende que o processo de desenvolvimento do Maranhão se insere no contexto de expansão do capital desde os primórdios da formação de sua economia e se aprofunda no governo de Roseana Sarney.

Palavras chaves: transnacionalização, estado nacional, poder político.

ABSTRACT

The work rises problems of the relation between the transnational and national spaces, in this phase of the transnationalization procedure of the capital, adding the Maranhão in this context. It seeks to identify the links that were built between these instances in order to comprehend how the politics of the local sphere guarantee the accomplishment of the capital interests in the national and transnational sphere. It claims that the Maranhão's development process is added in the context of capital increase since the birth of building of its and is developed in the Roseana Sarney's government.

Key words: transnationalization, national state, politic power.

1 INTRODUÇÃO

Geralmente, quando nos referimos aos espaços do local, nacional e transnacional em suas dimensões político-econômicas corremos o risco de cair no viés administrativo das relações que se estabelecem entre as unidades da federação ou entre países ou ainda, de modo dicotômico, entre Estado e mercado ou entre empresas transnacionais e Estados nacionais. Para evitar essa armadilha, parto do entendimento de que nos espaços convencionados como transnacional, nacional e local e nas instituições correspondentes, se materializa a disputa entre as classes sociais e frações de classes pelo exercício do poder político.

Quando nos voltamos para as relações de determinação e autonomia entre o político e o econômico é possível perceber a unidade da aparente fragmentação entre os espaços transnacional, nacional e local (POULANTZAS, 1977). Esses espaços não

* Doutora em Ciências Sociais - Política

constituem limites à reprodução do capital, pelo contrário, a constituição de uma territorialidade pelo Estado burguês garante a reprodução das relações capitalistas.

Em uma era de transformações no modo de produção capitalista, **alavancado** principalmente pelas inovações tecnológicas, e de formação de blocos econômicos que estabeleceram novos espaços comerciais, a noção de espaço/tempo se modifica. O local que era concebido como algo isolado e voltado para as tradições se transformou e hoje as especificidades, principalmente as características da força de trabalho e da infra-estrutura, são apresentadas como vantagens para atrair o capital transnacional.

Essa relação entre os espaços local, nacional e transnacional tem provocado a polêmica em torno do papel que o Estado nacional assume em uma economia transnacionalizada. Uma das vertentes dessa polêmica considera que o Estado nacional não tem mecanismos políticos para intervir no movimento do capital, justificando a ausência de investimentos em políticas estatais voltadas para as áreas sociais. Uma outra vertente, a qual me filio, considera que o Estado nacional continua como referência de territorialidade e como centro de poder. No mesmo movimento em que as fronteiras são delimitadas, elas são expandidas para o exterior, como afirma Petras (1996, p. 15):

a ênfase sobre as 'atividades locais' serve aos regimes neoliberais na justa medida em que ela permite aos apoiadores domésticos e estrangeiros dominar a economia e a política na esfera macro e canalizar a maioria dos recursos do Estado em benefício dos exportadores capitalistas e dos interesses financeiros.

Nesse contexto, em que a esfera do local se valoriza como espaço de construção de alternativas para a superação dos problemas econômicos e políticos dessa nova fase, é que situo minha pesquisa. Evidencio que a discussão das alternativas de desenvolvimento proposta pelos governos do Maranhão no final do século XX, em especial na gestão de Roseana Sarney, deve ser inserida no contexto das transformações do papel do Estado na reprodução do capital, nas suas instâncias transnacional, nacional e regional/local.

O interesse é compreender o modo como as políticas da esfera local garantem a realização dos interesses do capital nas esferas nacional e transnacional ao mesmo tempo em que revitalizam o poder político dos grupos que estão à frente da máquina estatal. Portanto, considero que o local não está em oposição ao transnacional ou nacional, uma vez que os interesses do capital se distribuem, embora de modo diferenciado, entre essas esferas.

2 O MARANHÃO SE INSERE NO MERCADO NACIONAL E TRANSNACIONAL

Marx, no *Manifesto Comunista*, já nos alertava que a necessidade de expansão do mercado impele “a burguesia para todo o globo terrestre. Ela deve estabelecer-se em toda parte, instalar-se em toda parte, criar vínculos em toda parte” (MARX, 1996, p. 69) Esse movimento de expansão, nas últimas décadas do século XX ficou conhecido como globalização para muitos e transnacionalização e mundialização para os mais críticos. Aquilo que foi apresentado como novidade da era da informática, Marx, desde 1848, identificava como constitutivo do processo de reprodução do capital.

A descoberta da América, a circunavegação da África, abriram um novo campo de ação à burguesia nascente. [...] Através da exploração do mercado mundial, a burguesia deu um caráter cosmopolita à produção e ao consumo de todos os países. (MARX, 1996, p 67-69).

O processo de desenvolvimento do Maranhão se insere nesse contexto de expansão, desde os primórdios da formação de sua economia e se aprofunda no governo de Roseana Sarney.

A organização da economia maranhense se inicia na segunda metade do século XVIII, a partir da criação da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão (1756-1778), com o cultivo e exportação do algodão e do arroz e a incorporação do escravo africano. Por volta de 1850-90, a produção de algodão do Maranhão perde sua importância para a economia regional e internacional quando a Inglaterra restabelece plenamente o comércio com o Estados Unidos, principalmente após a guerra de secessão (Feitosa, 1994).

A formação do parque fabril têxtil¹ (1875-1895), embora tenha sido considerado um empreendimento moderno para os padrões da economia maranhense, inicia suas atividades em condições desfavoráveis, uma vez que os custos da matéria-prima estavam elevados e a concorrência externa era grande, principalmente pelo desenvolvimento do setor no Sudeste. A mão-de-obra era desqualificada, a maioria era recém-liberta do trabalho escravo, as condições de crise do cultivo do algodão e do mercado externo ao produto maranhense, somando-se as dificuldades de gestão foram determinantes para que o empreendimento não conseguisse se auto-sustentar, encontrando dificuldades estruturais e de gestão (FEITOSA, 1994).

No início da década de 1950 vamos observar uma nova divisão internacional do trabalho com os Estados Unidos assumindo a hegemonia econômica no cenário mundial, e o Brasil se inserindo de modo dependente nesse cenário. As razões históricas que explicam a inserção do Maranhão na economia capitalista brasileira de forma dependente apontam

¹ As fábricas têxteis se localizaram nos municípios de São Luís, Caxias e Codó (FEITOSA, 1994).

para duas direções que não se excluem. De um lado, encontram-se as opções econômicas adotadas pelas oligarquias regionais baseadas na agro-exportação e no extrativismo e, de outro lado, a forma como foram estruturadas as trocas entre as regiões brasileiras, principalmente entre o Nordeste e o Sudeste. As conseqüências dessa opção foram a expulsão de várias famílias camponesas das terras agricultáveis e a concentração de terra (FEITOSA, 1994).

Em meados da década de 1960, José Sarney adotou um programa econômico para o Maranhão integrado às necessidades da expansão do capital monopolista no âmbito nacional. O Estado, através dos seus aparelhos, garantia o arcabouço jurídico e as condições de infra-estrutura para a expansão do capital, sem contudo desmantelar as bases agrárias da economia e os laços políticos do período anterior. O governador José Sarney inicia seu governo realizando uma reforma administrativa para "modernizar" o aparelho estatal e desenvolver a economia maranhense. Dentre os seus principais projetos, se destacaram a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Maranhão (SUDEMA), o Porto do Itaqui, a rodovia São Luís/Teresina e a "modernização" do setor agrícola, priorizando os grandes projetos agropecuários e criando um arcabouço jurídico para orientar a ocupação das terras, de modo a facilitar a ação dos grileiros (COSTA, 1997, GONÇALVES, 2000).

A partir da década de 70, os governos federal e estadual, via incentivos fiscais disponibilizados pela SUDENE, pela SUDAN e pela COMARCO (Companhia Maranhense de Colonização), investiram nos grandes projetos agropecuários. Essa política contribuiu para o acirramento dos conflitos no campo na medida em que grandes extensões de terras foram griladas e os fazendeiros optaram por plantar capim para a criação de gado. Além disso, a economia do gado inaugurou uma nova forma de inserção do Maranhão no sistema nacional de trocas. O fato de o gado maranhense ter sido comercializado para o abate em outras regiões não permitiu a criação de nenhum investimento que absorvesse as pessoas expulsas do campo que, nesse momento, migravam para as principais cidades do estado, como São Luís e Imperatriz (FEITOSA, 1994).

No final da década de 70, o governo federal, por meio da Escola Superior de Guerra, cria o Programa Grande Carajás (PGC) cujas metas visavam, principalmente, cumprir os objetivos de "integrar para não entregar" a região da Amazônia Oriental e atrair divisas para o país pagar a dívida externa. O Programa foi divulgado, com forte apelo ideológico, como a grande alternativa para resolver o problema da dívida externa do país e para desenvolver a Amazônia Oriental. No plano regional, o PGC impulsiona e é impulsionado pela oligarquia Sarney, que neste período consolida seu poder com a indicação de João Castelo (1979/1982) ao governo do Estado, cujo lema era o "Grande Maranhão para todos", e a eleição de vários parlamentares e prefeitos. No plano

transnacional, o PGC correspondia aos interesses de alguns países de se apropriarem de grandes recursos minerais a baixos custos (FEITOSA, 1994; COSTA, 1997).

Um outro projeto que merece ser mencionado é o empreendimento de industrialização da bauxita para a fabricação da alumina e do alumínio primário, realizado pelo consórcio ALCOA/BILLINGTON/CARMARGO CORREIA, no município de São Luís. A ALCOA é uma das seis maiores empresas transnacionais do alumínio e se instalou em São Luís, dentre outros motivos, pela proximidade com a jazida de bauxita, localizada no Pará, pela disponibilidade de energia elétrica subsidiada, pelos incentivos fiscais oferecidos pelo governo estadual e pela grande oferta de força de trabalho a baixo custo.

A ALCOA foi instalada entre 1980 e 1984, apesar dos protestos dos movimentos sociais em São Luís que denunciaram as irregularidades do processo de implantação e os prejuízos para a população e a economia maranhenses. Estas denúncias se referiam às ações do Governo estadual que praticamente doou à empresa 10 mil hectares ou 11% da ilha — inclusive 57% de toda área do Distrito Industrial da cidade. Além disso, desapropriou cerca de 20.000 pessoas, muitas delas expulsas com violência e desconsiderou os relatórios ambientais que apontavam os riscos de contaminação do solo pelos resíduos deixados pela fabricação do alumínio. Tudo isso para gerar apenas 7 mil empregos na fase de implantação, reduzidos para 3 mil, em 1991, e apenas 2.273, em 1994 (FEITOSA, 1994; COSTA, 1997).

Alguns estudos indicam que as políticas dos Governos federal e estadual, mediante o volume de recursos desprendidos, o descaso com a proteção ambiental e o desrespeito aos direitos dos trabalhadores, foram fundamentais para a consolidação de um modelo de desenvolvimento excessivamente excludente e dependente no Maranhão. Tal modelo, embora ressalte os aspectos "locais", está integrado aos planos nacional e transnacional. Deste modo, chegou-se à década de 90 com o agravamento do quadro social.

3 O MARANHÃO NA DÉCADA DE 1990: reorganização das estruturas de poder e reconstrução dos laços nos espaços nacional e transnacional

No governo de Roseana Sarney três experiências, que ocorreram no período de 1995 a 2000, são ilustrativas da articulação entre o local, o nacional e o transnacional e dos respectivos papéis que cada instância assume no processo de reprodução das condições políticas e econômicas do sistema capitalista neste contexto de transformações das

relações sociais. São as experiências da reforma do Estado, o processo de implantação da empresa Kao I e a privatização da CEMAR, do hospital do servidor público, o IPEM.

A Reforma e a Reorganização Administrativa do Estado do Maranhão foram instituídas pela Lei nº 7.356 de 29 de dezembro de 1998. Através dessa reforma a governadora estabeleceu estratégias com o objetivo de realizar o "saneamento das finanças públicas" e a "modernização dos sistemas administrativos". Essa reforma cumpriu um papel de estender o poder da governadora a cada região do estado, por meio da qual se assegurou o controle das bases eleitorais, num processo de recentralização do poder político.

A empresa Kao I², originada de Taiwan, foi inaugurada em 13 de dezembro de 1996 com a presença do presidente Fernando Henrique Cardoso, no município de Rosário. Este município fica a 67 km de São Luís e segundo o censo de 2000 possui uma população de 32.519 habitantes, sendo que 21.694 vivem na zona urbana ou 64,4% e 11.941 na zona rural, 35%.

Nos contatos com os representantes da KAO I o governo do Estado se responsabilizou em ampliar as condições de infra-estrutura e conceder os incentivos fiscais para a implantação da empresa, uma vez que o município de Rosário já cumpria alguns dos requisitos básicos exigidos pela KAO I como: proximidade do Porto do Itaqui em São Luís, força-de-trabalho abundante, disponível e sem tradição de luta, infra-estrutura básica, predomínio da agricultura de subsistência (CARDOZO, 1998).

A implantação da KAO I em Rosário atendeu a alguns objetivos imediatos da esfera local e nacional e transnacional. Em primeiro lugar, aos interesses da oligarquia Sarney de interiorizar o desenvolvimento no Maranhão como condição econômica para a consolidação do seu poder político. Em segundo lugar, cumpriu a política do governo federal de inserir o país nas novas tendências da economia mundial. Em terceiro lugar, satisfaz os interesses da empresa KAO I de implantar seus serviços com vantagens econômicas, utilizando-se do que há de mais "moderno" nas novas relações de produção e de trabalho. Percebe-se aqui o processo atribuído por Chesnais, segundo o qual "esta estratégia é global para ela [a empresa], mas é integradora ou excludente para os demais atores, quer sejam países, outras empresas ou trabalhadores. [Além do mais, há] uma polarização internacional, aprofundando brutalmente a distância entre os países situados no âmago do oligopólio mundial e os países da periferia" (CHESNAIS, 1996, p. 37).

A segunda experiência a destacar é a privatização da CEMAR — em 15 de junho de 2000 — e a reestruturação da empresa após esse processo. A CEMAR foi

² No Brasil, os investimentos da empresa KAO I concentram-se no estado do Ceará através da Yamacom Nordeste S.A., cuja principal ocupação é a montagem de máquinas de costura industrial e da KAO LIN Nordeste S.A que fabrica jeans. Sobre este assunto, consultar Cardozo (1998).

adquirida pela empresa americana PPL Global por apenas R\$ 522,8 milhões de reais e, para facilitar a venda de um dos maiores patrimônios do Maranhão, a governadora Roseana Sarney investiu R\$ 122, 4 milhões de reais e submeteu à Assembléia Legislativa uma lei em que o Estado assumia as dívidas resultantes de ações ajuizadas contra a CEMAR após janeiro de 2000. Esta empresa é subsidiária da PPL Corporation e atua no ramo de energia elétrica e gás natural na Pensilvânia, na Inglaterra, no Chile, na Bolívia e em El Salvador (SINDICATO DOS TRABALHADORES..., 2000).

A terceira experiência que apresento para discussão é a terceirização das unidades estaduais de saúde, principalmente o Hospital do Servidor Público (IPEM) e a Maternidade Marly Sarney. Segundo os conselheiros entrevistados, a terceirização do IPEM e da Maternidade Marly Sarney ocorreu sem que o Conselho Estadual de Saúde tomasse conhecimento, bem como foi feita sem licitação e todas as unidades foram administradas por uma única entidade, a Pró-Saúde (Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar).

De acordo com o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado a terceirização é o processo de transferência da gestão e execução de serviços públicos estaduais para entidades públicas não-estatais. Essas entidades por sua vez já passaram por um processo de "publicização" em que instituições estatais são transformadas em entidades públicas não-estatais, o que torna possível realizar a terceirização. Esse processo foi considerado inconstitucional e ilegal pelo Ministério Público Federal. Do mesmo modo que se colocou contra o Conselho Nacional de Saúde que denunciou também o desrespeito às instâncias deliberativas, bem como os riscos que correm os princípios da universalidade, integralidade e equidade do SUS.

As experiências expostas acima, apesar de distintas, estão estreitamente ligadas. Em todas elas fica explícito o papel fundamental que é desempenhado pelo governo estadual, mediante a utilização de seus recursos financeiros e políticos, como motor e mediador de uma ação ideológica planejada que, ao mesmo tempo em que garante as condições de superexploração dos trabalhadores maranhenses, transforma-os em aliados, ocultando o processo de exploração em curso neste modelo de produção e de gestão.

4 CONCLUSÃO

Nos últimos 40 anos foram reconstruídas as bases da dominação. No período do "Maranhão Novo" José Sarney criou a infra-estrutura e o arcabouço jurídico que permitiu estreitar os laços com o capital monopolista. Na gestão do "Novo Tempo," Roseana Sarney reconstrói as bases da dominação política se apresentando como pioneira das reformas

"modernizantes" e projetando, novamente, para o Maranhão a inserção na economia transnacional e nacional. Através da propaganda ideológica do caráter "racional-legal" das reformas, encobre a manutenção das práticas clientelistas ou fisiológicas e legitima-se diante da população.

As classes dominantes do Maranhão ultrapassaram as barreiras do "local" e transitam com desenvoltura nos espaços nacional e transnacional, utilizando essas relações como um importante mecanismo de legitimação de seu poder político local. Manter o discurso da necessidade constante de reformas como condição para o desenvolvimento e a inserção no mundo "globalizado" se constitui em importante instrumento ideológico que mascara um processo que ao mesmo tempo em que inclui as classes dominantes nas esferas nacional e transnacional, exclui a maioria dos maranhenses dos direitos mínimos da cidadania burguesa.

REFERÊNCIAS

COSTA, Wagner Cabral da. **Do "Maranhão Novo" ao "Novo Tempo"**: trajetória da oligarquia Sarney no Maranhão. São Luís, UFMA, 1997.

FEITOSA, Raimundo Moacir M. **O processo sócio-econômico do Maranhão**. 1994. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – UFPA, Belém, 1994.

GONÇALVES, Maria de Fátima da C. **A reinvenção do Maranhão dinástico**. São Luis: UFMA/PROIN/CS, 2000.

MARX, Karl ; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. 6. ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 1996.

POULANTZAS, Nicos. **Poder político e classes sociais**. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

PETRAS, James. "Intelectuais, uma crítica marxista aos pós-marxistas". **Lutas Sociais**, 1, 1996.

SILVA, Ilse Gomes. **Participação popular e reforma do Estado brasileiro nos anos 1990**: contradições e impasses. 2001. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). - PUC, São Paulo: 2001.

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM INDÚSTRIAS URBANAS DO ESTADO DO MARANHÃO - STIUMA. **Pinga Fogo**, 2000.